CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2016/2018

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SC002251/2017
DATA DE REGISTRO NO MTE: 27/09/2017
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR050250/2017
NÚMERO DO PROCESSO: 46303.001430/2017-91
DATA DO PROTOCOLO: 25/09/2017

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND COND V E TRAB TRANSP ROD DE CARGAS E PASS CRICIUMA, CNPJ n. 80.166.440/0001-52, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). CLESIO FERNANDES;

E

SINDICATO DOS REVENDEDORES DE GLP, CNPJ n. 01.613.429/0001-17, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FERNANDO CARLOS SILVEIRA BANDEIRA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01^º de junho de 2016 a 31 de maio de 2018 e a data-base da categoria em 01^º de junho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **de todos os trabalhadores das Revendedoras de GLP na Base do Sindicato Laboral, inclusive motoristas e ajudantes de motoristas, os trabalhadores do setor administrativo, operacional e de manutenção**, , com abrangência territorial em **Balneário Rincão/SC, Cocal Do Sul/SC, Criciúma/SC, Forquilha/SC, Içara/SC, Lauro Muller/SC, Morro Da Fumaça/SC, Nova Veneza/SC, Siderópolis/SC, Treviso/SC e Urussanga/SC.**

Salários, Reajustes e Pagamento**Piso Salarial**

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL (SALARIO NORMATIVO)

A partir da vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, o Piso Salarial Normativo da categoria, será de acordo com a função exercida e fica assim estabelecido:

- a) Motorista de viagem: R\$ 1.355,10 aplicado em 01/06/2016 e R\$ 1.611,78 aplicado a partir de 01/06/2017;
- b) Motorista distribuição/vendedor: R\$ 1.151,00 aplicado em 01/06/2016 e R\$ 1.273,40 aplicado a partir de 01/06/2017;
- c) Motoboy de GLP: R\$ 1.074,00 aplicado em 01/06/2016 e R\$ 1.188,20 aplicado a partir de 01/06/2017;
- a) Ajudante de motorista: R\$ 1.188,20 aplicado em 01/06/2017.

Parágrafo Primeiro - Fica desde já pactuado, que o menor piso salarial da categoria será de R\$ 1.188,20 (um mil cento e oitenta e oito reais e vinte centavos), não podendo ser inferior ao salário mínimo regional estabelecido na legislação estadual, para a categoria profissional dos trabalhadores em transporte.

Parágrafo Segundo - O pagamento das diferenças salariais ora ajustadas, para todos os efeitos, se ainda não repassados, deverão ser pagos aos trabalhadores, impreterivelmente até o quinto dia útil de outubro de 2017.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Os salários dos integrantes da categoria profissional, que não estejam contemplados no rol de pisos salariais previstos nesta Convenção, serão corrigidos pelo índice de 11,22% (onze inteiros e vinte e dois centésimo por cento) desde 01/06/2016 e a partir de 01/06/2017 pelo índice de 9% (nove por cento).

Parágrafo Único - Fica ressalvado o direito do empregador em compensar os adiantamentos salariais

concedidos aos trabalhadores no período de 01/06/2016 a 30/05/2017.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

As empresas pagarão os salários de seus empregados até, no máximo, o quintodia útil do mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo Primeiro -As empresas fornecerão, obrigatoriamente, a seus empregados, recibo de pagamento de salário ou outro documento similar, com a identificação da empresa e do empregado, discriminando a remuneração mensal, as verbas que compõem os proventos, os descontos e os encargos sociais.

Parágrafo Segundo - O pagamento do salário deverá ser, preferencialmente, em conta bancária específica para o fim e livre de qualquer taxa ou desconto, porém, poderá ser efetuado com cheque, desde que observadas as seguintes condições.

I – O pagamento deverá ocorrer, necessariamente, em dia útil e até as quatorze horas.

II - A quitação da obrigação da empresa somente acontece com a compensação do cheque, que não ocorrendo, por qualquer motivo, configurará inadimplemento.

Parágrafo Terceiro -Na data apazada, deverá o pagamento ocorrer durante o horário bancário do município onde está domiciliada a conta bancária do empregado, valendo o mesmo para os empregados que receberem, em moeda nacional, na sede da empresa.

Descontos Salariais

CLÁUSULA SEXTA - DESCONTOS POR DANOS

No caso de quebra de material da empresa e de danos em decorrência de acidente de trânsito, sendo confirmada a culpa do motorista, após averiguações acompanhadas pelo SINTRACRIL, o ressarcimento do

valor, por evento, não poderá exceder a 01 (um) piso salarial do motorista, limitando o desconto mensal a 10% (dez por cento) do piso salarial do empregado.

Parágrafo Único - Caso a empresa tenha apólice de seguro contra terceiros, o valor a ser descontado será a correspondente ao somatório do valor da franquia e do valor dos danos causados no veículo da empresa, limitado ao "caput" desta cláusula.

CLÁUSULA SÉTIMA - MULTAS DE TRANSITO

Ficam as empresas abrigadas a repassar ao empregado, a notificação das multas emitidas por infração decorrente do exercício de sua atividade, entregando-o cópia legível do Auto de Infração. Recebida a notificação, o empregado disporá do prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar o relato dos fatos por escrito, o qual necessariamente subsidiará o recurso da empresa e, enquanto estiver pendente de decisão na esfera administrativa, a empresa não poderá efetuar qualquer desconto a este título.

Parágrafo Primeiro - O ônus pelas multas entregues, pelas empresas, fora do prazo regular para recurso ou após terem sido pagas, ou, ainda, a não apresentação de recurso no prazo após a defesa do empregado, será de responsabilidade da empresa.

Parágrafo Segundo - Na hipótese do empregado não apresentar o relato escrito dos fatos, ou apresenta-lo fora do prazo aqui previsto, o desconto poderá ser automaticamente efetuado.

Parágrafo Terceiro - Se no transcurso da tramitação do recurso houver a rescisão do contrato de trabalho, o valor correspondente a multa será descontado e retido, consignando a ressalva no TRCT que será disponibilizado ao empregado em caso de deferimento do recurso por parte do órgão competente, cabendo a empresa informar o empregado e o SINTRACRIL no prazo de 05 (cinco) dias da certificação do resultado do deferimento, sob pena de aplicação de multa equivalente ao salário dia do empregado, por dia de atraso.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DESCONTOS EM FAVOR DA ENTIDADE SINDICAL LABORAL

As empresas descontarão em folha de pagamento mensal ou rescisão de contrato de trabalho, dos empregados sócios, ou não, da entidade sindical e de seus dependentes, desde que autorizadas pelos

mesmos, diretamente, ou através de Assembleia Geral, as mensalidades dos empregados sócios, as taxas assistencial, social ou contributiva, bem como, todas as demais importâncias devidas ao SINTRACRIL pelo uso dos convênios ou serviços, nos prazos, valor e percentual definidos, fazendo o seu recolhimento até o dia dez (10) do mês em que está ocorrendo o desconto, figurando as empresas como meras agentes repassadoras.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA NONA - MORA SALARIAL

Constitui-se em mora salarial a empresa que descumprir as datas, prazos, procedimentos e horários previstos neste instrumento coletivo, neste caso pagando ao empregado o valor correspondente a 2% (dois por cento) da remuneração total bruta do empregado lesado e por dia de atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA - EMPREGADO SUBSTITUTO

Em caso de substituição de outro empregado por mais de dois dias, o empregado substituto fará jus ao salário do empregado substituído pelo tempo integral que perdurar a situação.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Participação nos Lucros e/ou Resultados

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Fica facultado às empresas a criação de plano de distribuição de resultados, que, porém, somente serão aplicados após aprovação do SINTRACRIL.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SEGURO DE VIDA

As empresas manterão, obrigatoriamente, durante a vigência do presente instrumento coletivo, Seguro de Vida em Grupo aos seus funcionários, sem custo para estes, cujos valores de cobertura não poderão ser inferior a R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CESTA BÁSICA

Juntamente com os salários do mês e independentemente da função exercida, as empresas pagarão a todos os seus empregados que não tiverem nenhuma falta injustificada, juntamente com o salário do mês, uma cesta básica mensal contendo, os seguintes produtos: 5 kg de açúcar, 5 kg de arroz, 2 kg de feijão, 1 kg de Sal, 1 pacote de biscoito de 300g, 2 pacotes de café de 500g, 1 kg de farinha de mandioca, 2 kg de farinha de trigo, 1 pacote de farinha de milho de 500g, 2 pacotes de macarrão de 500g, 2 litros de óleo de soja, 1 litro de vinagre, 1 litro de Leite Integral e 1 lata de sardinha.

Parágrafo Único - As partes reconhecem, para todos os fins de direito, que o fornecimento desta cesta básica, por quaisquer das formas aqui referidas, não terá natureza salarial, não podendo ser invocado a qualquer tempo, salvo caso de inadimplência, como salário "in natura".

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PERICULOSIDADE

As empresas pagarão a todos os seus empregados motoristas e ajudante de motoristas, a título de periculosidade, o percentual de 30% (trinta por cento) a ser calculado sobre o valor do salário base do trabalhador.

Parágrafo Único - Ao motoboy de GLP fica assegurada a periculosidade no valor de 30% (trinta por cento) sobre o salário do trabalhador, conforme disposição do art. 193, § 4º da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DIÁRIA

Aos motoristas de viagem, com pernoite, as empresas pagarão, de forma antecipada, na forma de Diária, o valor de R\$ 52,00 (cinquenta e dois reais), sendo R\$ 12,00 (doze reais) para café da manhã, R\$ 23,00 (vinte e três reais) para almoço e R\$ 17,00 (dezesete reais) para janta.

Parágrafo Primeiro - Aos motoristas de viagem, sem pernoite, será pago de forma antecipada o valor será R\$ 30,00 (trinta reais) por dia.

Parágrafo Segundo- Aos demais funcionários que ficarem impedidos de usufruir do intervalo de almoço em sua residência ou na sede da empresa em razão da escala de trabalho fora do domicílio, as empresas reembolsarão o valor de R\$ 11,00 (onze reais) por dia, para cobrir as despesas de almoço, mediante apresentação de comprovante.

Parágrafo Terceiro - Os valores contidos nesta cláusula serão registrados no recibo do pagamento de salário mensal, para controle do empregado.

Parágrafo Quarto - Os valores pagos pelas empresas, a esse título, não integrarão o salário do empregado para fins de encargos sociais e reflexos trabalhistas.

Parágrafo Quinto - Esta cláusula terá vigência a partir de 01/06/2017.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - EMPREGADO NOVOS ADMITIDOS

Empregado admitido para a função de outro, dispensado sem justa causa, ou remanejado para outra função, será garantido salário igual ao do empregado de menor salário na função, excluídas as vantagens pessoais.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMUNICAÇÃO DO MOTIVO DA PENALIDADE

O empregado demitido por justa causa, ou suspenso por motivo disciplinar, deverá ser avisado no ato, por escrito, das razões determinantes da dispensa ou suspensão, bem como o seu enquadramento legal, sob pena, da empresa, não poder alegar a falta grave em juízo. Havendo a negatória de ciente do empregado, poderá a empresa utilizar-se de duas testemunhas, que tenham presenciado o comunicado e a sua eventual negativa de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ASSISTENCIA SINDICAL NAS RECISÕES CONTRATUAIS

Os contratos de trabalho com seis meses ou mais deverão ter, obrigatoriamente, assistência do SINTRACRIL nas homologações.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

Haverá dispensa do cumprimento do aviso prévio, seja de iniciativa da empresa ou empregado, para o empregado que comprove obter novo emprego antes do término do aviso.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA - AUSENCIAS LEGAIS

As ausências legais a que aludem os incisos I, II e III do art. 473 da CLT, por força desta CCT, mediante comprovação e respeitados os critérios mais vantajosos já praticados, ficam assim estabelecidas:

I - 03(três) dias úteis consecutivos, em caso de comprovado falecimento de seu cônjuge, ascendentes [pai, mãe, avó(ô), bisavó(ô)], de seus descendentes [filhos(as), netos(as), bisnetos(as)], irmão(a) ou de pessoa que, comprovadamente, viva sob a dependência econômica do empregado(a);

II - 04 (quatro) dias úteis consecutivos, em virtude de casamento do empregado(a);

III - 05 (cinco) dias consecutivos, no decorrer da primeira semana de vida, em caso de nascimento de filho(a), ou de adoção legalmente comprovada;

IV - 01 (um) dia para cada internação hospitalar por motivo de doença do cônjuge/companheiro(a) ou filho(a);

V - 02 (dois) dias, a cada 12 (doze) meses, para doação de sangue;

VI - 24 (vinte e quatro) horas, durante a vigência desta CCT, para fins de acompanhamento de filho(a) dependente ao médico, mediante comprovação de comparecimento e acompanhamento, firmado pela entidade de saúde onde ocorreu o atendimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas do empregado estudante e/ou vestibulando, nos horários de exames coincidentes com os de trabalho, desde que realizado em estabelecimento de ensino oficial, ou autorizado legalmente, e mediante comunicação ao empregador com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CURSOS E REUNIÕES

Os cursos e reuniões de trabalho, quando de comparecimento obrigatório, deverão ser realizados durante a jornada normal ou, se fora dela, mediante o pagamento do período de sua duração como horas extras.

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORMES, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E INSTRUMENTOS DE TRABALHO

As empresas fornecerão aos trabalhadores, gratuitamente, todos os equipamentos de proteção individual, bem como uniformes, calçados e instrumentos de trabalho, quando estes forem exigidos por lei ou previstos em normas de segurança emanadas pelos órgãos competentes ou empregadores.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CONFERENCIA DO CAIXA

A conferência de valores em caixa e arrecadados por empregado, será realizada perante o operador responsável e do gerente, ou substituto, dentro do turno de trabalho. Se houver impedimento, por determinação da empresa, para o acompanhamento da conferência, ficará o empregado isento de responsabilidade por eventuais erros existentes.

Parágrafo Único - A empresa somente poderá proceder qualquer desconto a esse título, após o empregado, querendo, apresentar seus argumentos e/ou defesa, podendo, ainda, solicitar o acompanhamento do SINTRACRIL;

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CHEQUES SEM FUNDOS OU COM PREENCHIMENTO IRREGULAR

As empresas não descontarão da remuneração de seus empregados as importâncias correspondentes a cheques não compensados ou devolvidos, por qualquer motivo, por estes recebidos na função de caixa, de cobrador, ou serviço assemelhado, desde que cumpridas as normas da empresa, que deverão ser estabelecidas previamente, por escrito e entregues ao empregado, sob protocolo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - LOCAL PARA LANCHE

Havendo nas empresas um local destinado para lanches e refeições dos empregados, este deverá estar em condições sanitárias de acordo com as normas emanadas dos competentes órgãos do Poder Público, garantindo conforto e higiene.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DAS HORAS EXTRAS

Havendo necessidade, a jornada diária de trabalho poderá ser ampliada, no máximo, em mais duas (02) horas diárias, que deverão ser remuneradas da seguinte forma: com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) para a primeira hora e de 60% (sessenta por cento) para a segunda hora, calculado sobre o valor da hora normal.

Parágrafo Único - O empregado que tiver completado sua jornada normal de trabalho no dia e já se encontrar em seu descanso, desde que já não tenha laborado horaextra neste dia e que sua jornada não tenha finalizado há mais de duas horas, poderá a empresa solicitar seu comparecimento para prestar um

serviço intransferível, o qual não poderá ter duração superior a duas horas, remuneradas como extraordinárias e com acréscimo de 60% (sessenta por cento) sobre o valor da hora normal, sendo devido, ainda, uma hora extra, além das que forem efetivamente trabalhadas.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - INTERVALO PARA LANCHES

Além do intervalo intrajornada, as empresas concederão intervalos de quinze minutos para lanche, em cada turno de trabalho, tempo este computado como integrante da jornada diária normal do empregado.

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTROLE DO HORARIO DE TRABALHO

É obrigatória a utilização de controle de ponto mecanizado ou manual, independente do número de empregados.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ADICIONAL DE TRABALHO NOTURNO

O trabalho noturno compreendido das 22h às 05h será pago com o adicional de 30% (trinta por cento), a incidir sobre o valor da hora diurna.

Parágrafo Único - Se empregado trabalhar durante todo o período noturno e encerrar sua jornada após as 05 (cinco) horas, será computado como final do horário noturno o final de sua jornada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ATRASO AO SERVIÇO

Serão admitidos atrasos na chegada ao trabalho de até dez (10) minutos, limitados a doiseventos por mês, os quais não poderão ser descontados dos salários.

Parágrafo Primeiro - No caso da ocorrência de número maior de eventos, e/ou de atrasos de tempo superior ao aqui previsto, a empresa poderá dispensar o trabalhador da sua jornada naquele dia e proceder ao correspondente desconto salarial.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo o previsto no parágrafo anterior, se a empresa permitir ao empregado trabalhar, qualquer que seja o tempo laborado, elidirá qualquer penalidade e/ou desconto, por se tratar de perdão da empresa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - SUPRESSÃO DO TRABALHO AOS SÁBADOS

Mediante celebração de Acordo Coletivo de Trabalho com o SINTRACRIL, a empresa poderá prorrogar a jornada diária dos empregados em mais 48 minutos, de segunda a sexta-feira, como forma de compensação pelo não trabalho aos sábados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - COMPENSAÇÃO PARA GOZO DE FOLGAS

Mediante acordo entre o SINTRACRIL e a empresa, poderá ser suprimido total, ou parcialmente, o trabalho nos dias 24 (vinte e quatro) a 31 (trinta e um) de dezembro, durante o transcorrer dos dias de carnaval, ou em dia útil intercalado entre domingos e feriados, com a reposição das horas de trabalho.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - FÉRIAS

As férias serão concedidas na forma e prazos estabelecidos na Consolidação das Leis Trabalhistas – CTL.

Parágrafo Único - O empregado que rescindir espontaneamente o seu contrato de trabalho antes de completar um ano de trabalho, terá direito ao recebimento de férias proporcionais.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - OPÇÃO AO ABONO PECUNIÁRIO

A qualquer tempo, antes do comunicado do Aviso de Férias, poderá o trabalhador manifestar, independentemente de comunicado anterior, sua opção para a conversão de dez dias de suas férias em abono pecuniário.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Exames Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - EXAMES MEDICOS E LABORATORIAIS

Os exames médicos e laboratoriais para admissão, periódicos e demissão de empregado, bem como os demais exigidos por lei, normas ou médico do trabalho, serão pagos pelo empregador.

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ACIDENTE COM VITIMA

Os motoristas que se envolverem em acidentes com vítimas fatais e/ou com lesões graves, deverão ser imediatamente afastados do trabalho para avaliação por profissionais médicos, psiquiatras e psicólogos, que estabelecerão o tempo necessário de afastamento para a recuperação de possíveis traumas emocionais.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - QUADRO DE AVISOS

O empregador permitirá a fixação de quadro de aviso do SINTRACRIL, onde somente este poderá afixar comunicados, boletins e jornais informativos, bem como outros materiais que julgar convenientes ao interesse da categoria profissional representada, assumindo total responsabilidade pelo conteúdo de suas publicações.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Os empregadores concederão licença remunerada aos seus empregados dirigentes sindicais, quando estes representarem o Sindicato e/ou estiverem em atividades sindicais, pelo número de horas correspondentes a doze (12) dias de trabalho por ano.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DA COLABORAÇÃO DO TRABALHADOR

Conforme aprovado em Assembleia da categoria, o empregador tem a obrigação de descontar em folha de pagamento do empregado, a contribuição aqui prevista e repassar ao SINTRACRIL.

Parágrafo Primeiro - O referido desconto incidirá sobre o valor do piso salarial e periculosidade de cada trabalhador, em índice equivalente a 4% (quatro por cento) das referidas rubricas, a ser descontado no mês de outubro/2017 e recolhido até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

Parágrafo Segundo - O direito de oposição a este desconto, da parte dos empregados não sócios do SINTRACRIL, deverá ser exercido pessoalmente pelo interessado e na sede administrativa do Sindicato, em documento lavrado de próprio punho e assinado.

Parágrafo Terceiro - Ficam as empresas obrigadas a encaminhar ao SINTRACRIL até o dia dezdo mês subsequente ao desconto, listagem contendo o nome de cada empregado e o respectivo valor descontado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - TAXA CONFEDERATIVA A FAVOR DO SINDICATO PATRONAL

Com fundamento no artigo 513, alínea “e” da CLT, combinado com o artigo 2º, inciso XV do Estatuto Social, todas as empresas revendedoras de GLP estabelecidas na base territorial e representadas pelo SINDICATO DOS REVENDEDORES DE GLP, recolherão a favor do Sindicato Patronal a importância de R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais), em 2 parcelas de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) cada, vencendo-se a primeira em 15.10.2017 e a segunda em 15.12.2017, junto a Caixa Econômica Federal, agência 0421, conta 003.1200-2.

Parágrafo Único - A falta de pagamento da Taxa Confederativa e/ou recolhimento da mesma, efetuado fora do prazo estabelecido, a empresa sujeitar-se-á a atualização pelo IGP-M da FGV, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento), ao mês de atraso e multa de 2% (dois por cento) e despesas decorrentes de eventual cobrança, inclusive, honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento), quer seja

extrajudicial ou judicial.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - PENALIDADES

Multa de 5% (cinco por cento) do maior salário normativo da categoria profissional, por empregado e por infração, pelo não cumprimento de quaisquer das Cláusulas deste instrumento normativo, além de penalidade específica de cada cláusula, devendo ser revertida integralmente em favor da parte prejudicada.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

O empregador admite, expressamente, como parte ativa, o SINTRACRIL, para propor ação de cumprimento de quaisquer das Cláusulas contidas nesta Convenção Coletiva de Trabalho, a favor dos integrantes da categoria profissional.

CLESIO FERNANDES
Membro de Diretoria Colegiada
SIND COND V E TRAB TRANSP ROD DE CARGAS E PASS CRICIUMA

FERNANDO CARLOS SILVEIRA BANDEIRA
Presidente
SINDICATO DOS REVENDEDORES DE GLP

ANEXOS
ANEXO I - ATA APROVAÇÃO

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.